

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

A RELAÇÃO SOCIEDADE CIVIL E POLITICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DAS
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Maria Aparecida Iargas Karas

Belo Horizonte
2009

MARIA APARECIDA IARGAS KARAS

A RELAÇÃO SOCIEDADE CIVIL E POLITICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DAS
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Trabalho final apresentado ao Curso
de Especialização em Democracia
Participativa, República e
Movimentos Sociais como requisito
parcial para aprovação.

Prof^ª. Teresa Cristina Vale

Belo Horizonte
2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 CONCEITO DE POLÍTICA	03
2 COMUNIDADE <i>versus</i> CIDADÃO.....	05
2.1 A CIDADANIA NA SOCIEDADE CIVIL.....	11
2.2 O ASSOCIATIVISMO NO BRASIL.....	14
3 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	17
3.1 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	22
4 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	26
4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO 1.....	43
ANEXO 2.....	45

INTRODUÇÃO

O movimento social sendo fruto de determinados contextos históricos e sociais, pode ser definido a partir de duas acepções conceituais clássicas. A primeira delas é a de controle de ação histórica de Alain Touraine, ou seja, para ele, os movimentos sociais são a ação conflitante dos agentes das classes sociais (luta de classes). Já para Manuel Castells, movimentos sociais são sistemas de práticas sociais contraditórias de acordo com a ordem social urbana/rural, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não, numa correlação classista e em última instância, o poder estatal.

A sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Num primeiro nível, encontramos o associativismo local, como as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor. Para citar apenas alguns exemplos dessas organizações localizadas: núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, empreendimentos solidários, associações de bairro, etc.

As organizações locais também vêm buscando se organizar nacionalmente e, na medida do possível, participar de redes transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Indígena, Movimento Negro, etc.), ou através de articulações interorganizacionais.

Observa-se que as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

Analisando este contexto este trabalho visa abordar as questões relativas a participação comunitária na formação e tomada de decisões das associações de moradores.

Como pressupostos teóricos para uma breve discussão esta pesquisa está dividida em quatro partes, sendo que no primeiro momento caberá discorre-se acerca da conceituação de Política e sua relação com os direitos civis. Em um segundo momento caberá conceituar o termo Comunidade e a sua relação com o Cidadão, tomando por referencial as suas diferenciações coletiva e individual, através da sua contextualização histórica na Idade Antiga. Na terceira parte desta pesquisa são discutidas questões emergentes do surgimento dos Movimentos Sociais Urbanos e a sua influência na criação de Associações de Moradores.

Por último caberá descrever o campo de pesquisa, precisamente são as associações de moradores do município de Araucária, estado do Paraná, cujo foco principal de análise será a forma de participação comunitária nos processos de escolha de seus representantes e das ações das associações após o pleito.

1 CONCEITO DE POLÍTICA

O homem numa visão aristotélica é um ser político, por isso discutir os entremeados que vão além da sua complexa conceituação, pois está inserida numa dialética que é descrita por Santos (2000) como uma batalha travada entre a nação passiva e a nação ativa, em uma transição política que envolve todos os espaços do viver, desde o espaço da vida cotidiana.

Para Andrade (2002) o conceito de “política” designa a reflexão e a ação de uma comunidade sobre si mesma enquanto unidade *in fieri*¹ (inferior). Neste contexto o autor coloca que a construção das ações políticas no âmbito comunitário se dá no campo das memórias, modos de pensar e agir, e instituições – construções normativas da realidade próprias do universo vital – partilhados, que constituem a comunidade.

A matéria da reflexão comunitária são a diversidade conflitiva de interesses, próprias de todas as sociedades, o enfrentamento do esperado, implícito no tempo histórico e a preservação da anatomia face a poderes externos (divindades, tiranos, exércitos). Trata-se, sempre de preservar, fortalecer ou mesmo recompor a unidade do grupo, base, desde logo, da identidade coletiva. (ANDRADE, 2002, p.33)

A compreensão prática da política, principalmente nas sociedades ocidentais, se dá pelas seguintes proposições adotadas da filosofia kantiana, conforme aborda Andrade (2002) pois contém a vontade de agir e não meramente de especular; tem a pretensão de objetividade e validade para todos os seres racionais; presumem a concepção de um “bom governo”; supõem em consequência e necessariamente, em algum grau, a liberdade de escolha, sem a qual a normatividade moral e política seria impensável; consiste em juízos nos quais se vinculam a ação concreta que contém um elemento de contingência e regras universais.

Para Andrade (2002) a dimensão da política articula-se a uma ação política que implica em “escolha”, que condiz com os fins escolhidos e com os meios ou modos de agir regidos pela razão e prudência, essa pressuposição parte do princípio de que a política está atrelada a características que pressupõem liberdade, igualdade, justiça,

¹ *In fieri* é a expectativa de direito é um direito em formação, caracterizando-se pela possibilidade de se tornar um direito. Na expectativa há circunstâncias que fazem crer ser admissível o nascimento de um direito se ocorrerem determinadas situações. BASTOS, C. R. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 12.

sendo um valor universal, racionalmente aceitável, dotado de estratégias (relação custo X benefícios) e ações alternativas.

Neste contexto a discussão sobre a conceituação de Política está intrinsecamente relacionada com a conceituação de Cidadão.

2 COMUNIDADE *versus* CIDADÃO

De acordo com ANDRADE (2002, p.35) o conceito de Comunidade contrapõe ao conceito de Cidadão posto que este último representa: “...o todo social que não corresponde à soma de seus membros e que recebe várias denominações ao longo dos séculos”, esta definição é a priori defendida desde o período renascentista.

Supracitando o referido autor à conceituação de Cidadão esta alicerçada nas preposições aristotélicas que definem o homem como um “animal político” e que as associações estabelecem-se segundo as leis da natureza.

De acordo com o pensamento aristotélico: a cidade ou estado tem prioridade sobre qualquer individuo entre nós. Pois o todo tem de ter prioridade sobre as partes (...) o Estado é ao mesmo tempo natural e precede o individuo. Na *polis*, a propensão à associação se completa: alcança-se à auto suficiência. O cidadão aristotélico é um cidadão ativo, gozando de liberdade positiva de influir nas decisões que concernem a todos e na administração da justiça. O que caracteriza o cidadão é a titularidade de direitos políticos – o direito de participação. (Andrade, *ibid*, p.35)

Na constituição do Direito Romano descrito por Cícero, ressalta-se conforme dispõe Andrade (2002) o cidadão caracteriza-se pela sua natureza dotada de razão, sendo esta capaz de produzir leis que considerem justas para a vida em comunidade.

Todas as virtudes, inclusive a política, são fins em si mesmas, isto é, não são jamais, utilizadas para benefício próprio. A justiça como fundamento e finalidade da comunidade política na busca recompensa nem tem preço; é buscada por si mesma, e é há um tempo causa e significado de todas as virtudes. (Cícero apud ANDRADE, *ibid*, p.37)

A diferença conceitual do termo cidadania entre os postulados aristotélicos e cicerianos refere-se a questão da igualdade, enquanto Aristóteles refere-se a igualdade entre as pessoas, lembrando aqui que mulheres, escravos e indigentes, não faziam parte deste, já Cícero afirma a igualdade para todos os seres humanos.

Os membros da polis, ou comunidade políticas são cidadãos. Dela não fazem parte, desde logo, as mulheres e os escravos. À parte isso, não são cidadãos os que simplesmente residem na cidade; nem se adquire a cidadania pela mera posse de direitos decorrentes de contratos comerciais, como o direito de processar a outrem na justiça. Os direitos característicos do cidadão, sugere ele, são direitos políticos, de participar das decisões publicas e de participar da administração de justiça. (ANDRADE, *ibid*, p.63)

Esse diferencial se dá pela forma como Cícero entende o ser humano, para ele como aborda Andrade (2002) os escravos eram trabalhadores vitalícios a serviço de um senhor, já para Aristóteles os escravos eram considerados ferramentas vivas, um instrumento de utilidade social.

A partir das concepções de Cícero, toma corpo na Idade antiga, uma nova forma de governo: a República.

A associação política virtuosa por excelência é a República. República é a propriedade do povo. Todavia o povo não é qualquer tipo de congregação humana, mas uma numerosa associação unida pelo consenso legal e pela comunidade de interesses. Tal ampliação conceitual relaciona-se com a expansão histórica da Roma republicana e justifica o fortalecimento político de sua cidadania: a República, a partir do contato entre patrícios e plebeus, admite o casamento entre pessoas das duas classes, permite o acesso de pessoas da plebe ao consulado, institucionaliza assembleias exclusivamente populares, os tribunos do povo, etc. (ANDRADE, *ibid*, p.38)

Com a transição da Idade Antiga para a Idade Média, o conceito de *polis* (comunidade da qual todo cidadão conhece um ao outro e participa da escolha não apenas dos seus comandantes, mas também comandam e, por sua vez, são comandados) desaparece e surge uma nova perspectiva de direcionamento político e coletivo orientado pela *República Christiana* ou *Res Publica Christiana*, que era regimentada pela ordem e unidade da sociedade cristã, sendo coordenada pela Igreja. A República Christiana, adota o cristianismo de Constantino e a Igreja antes opositora do poder imperial, passa a servir-se do legado do Império.

Sobre a Res Publica Christiana POIARES (2005, p.156) discorre sobre as seguintes características:

O Estado absoluto surgiu, até aos inícios da centúria de setecentos, na modalidade de monarquia de Direito divino, cuja conceptualização assegurava que o Rei fora escolhido por Deus, por cuja graça governava (e tiranizava), sendo religiosa a gênese da sua autoridade (Miranda, 1985); tratava-se de um herdo de concepções teocráticas, conhecidas quer na Antiguidade quer na Idade Média, período em que a influência político-Cultural e econômica da Igreja Católica foi proeminente, dando origem a Res Publica Christiana, da qual o Papa era o chefe máximo, na sua qualidade de Vigário de Cristo, delegando nos príncipes cristãos todo o poder temporal, arrogando-se ainda o direito de deposição de monarcas. A ligação entre poder espiritual e poder temporal constituiu uma presença constante na História, cujos resultados demonstraram como a promiscuidade de poderes conduz inevitavelmente a becos sem saída, dos pontos de vista político e ideológico, acabando por gerar situações confusas e ambivalentes, castradoras dos direitos dos cidadãos.

Segundo os estudos de Jenkins (2004, p.27) a cristandade da Res Publica Christiana estavam alicerçados no poder duradouro da cristandade, pois esta oferecia um conjunto de normas e costumes que se propagaram universalmente, tendo forte influência política na Idade Média, posto que a principal razão para sua propagação foi a idéia de que: “... as leis das nações duravam tanto quanto apenas as próprias nações”.

Retomando as premissas de Poiares (2005) este aborda que a temporalidade do Estado no período da Res Publica Christiana emergiu de um acordo existente entre as crenças e as convicções filosóficas vigentes.

Um Estado é sempre uma constelação de circunstâncias e de coordenadas políticas, que num dado momento histórico se tornam dominantes; nasce, portanto, um paradigma, que se vai manter prevaemente enquanto persistir como corpo ordenado, coeso e coerente de regras, princípios e estruturas; porém, a médio ou longo prazo, essas coesão e coerência vão revelar contradições, inicialmente sanáveis na sua dialética interna, mas que, depois, se converterão em insuperáveis: abre-se, pois, uma crise, provocada por fatores endógenos e exógenos, que causam erosão nessa configuração paradigmática, uma vez que determinados objetos surgidos na dinâmica do real não são assimiláveis pelo paradigma até aí dominante. Surge, destarte, na vida desse modelo de Estado, uma anomalia, uma disfunção – a crise. Esta intensifica-se, densifica-se, põe em causa o modelo reinante, sendo resolvida pela busca de uma nova grelha de leitura e de apreensão, construída para integrar a disfunção, acabando por se generalizar, substituindo a antecedente constelação. Toma-se dominante e impõe-se. Até que nova crise apareça.

O poder político da Idade Média foi regido pela doutrina de Santo Agostinho, século VI, que afirmará que o homem pertence a duas cidades: a Cidade de Deus e a cidade terrena.

A primeira perfeitamente ordenada reina “harmonioso companheirismo em deus; a paz de todo universo é tranqüilidade da ordem – e a ordem é uma disposição de coisas iguais e desiguais num padrão em que cada coisa ocupa sua posição apropriada. A ordem temporal foi criada por Deus e ordenada segundo a perfeita justiça; a liberdade natural, no entanto, é perdida quando os homens, cedendo as tentações do demônio, pecam. Para que a Cidade Humana na se desagregue em violência interna e externa – e Agostinho tem o destino de Roma sob os olhos – ela requer “a direção divina”. Sob essa direção, os homens saberão manter a paz em uma Cidade obedecendo a duas regras: primeira, não causar dano a ninguém; segunda, ajudar aos outros sempre que possível”. (Andrade apud AGOSTINHO, XIX).

Essa argumentação religiosa resultou em duas grandes conseqüências políticas: a *Civitas Dei* e *Respublica Christianorum*.

Conforme aponta MARAFIOTI (2002) a teologia política de Santo Agostinho, em *De Civitate Dei* (séc. V) é um marco historiográfico de construção das estratégias da nova religião imperial que através da escatologia (teologia do tempo histórico) sanciona o fim da antiga Cidade, como emancipação do paganismo

Conforme postula ANDRADE (ibid, p.40) as conseqüências políticas das proposições agostinianas podem ser avaliadas sobre duas observâncias:

- a) as virtudes cívicas do pensamento político romano são substituídas pelo acatamento da autoridade da Igreja. A expansão das *comunitas christianas* são a salvação da alma;
- b) a segunda refere-se a história da cidadania pelo reconhecimento da existência no homem de uma alma racional que possibilita a ordenação de sua vida e de seus padrões morais de acordo com os conhecimentos adquiridos;

Embora no pensamento agostiniano o homem seja reconhecido, o mesmo aponta que a “mente humana é fraca”, por isso necessita da direção divina, esta proposição faz com que os pressupostos greco-romanos baseados na racionalidade do homem como forma de ordenação da sociedade sejam substituídos pelos ditames da Igreja.

A cidadania no período do império romano (século I a.C-V d.C) deu-se por uma enormidade de disputas pela liberdade, tanto dos povos dominados, como pelos escravos desconsiderados como cidadãos.

A servidão humana em Agostinho tem duas dimensões: os servi são escravos dos seus pecados e de outros homens. Pelo pecado, ele infringe a ordem natural do mundo criado por Deus; a disciplina da escravidão é a punição por aquela infração. O cristão deve obedecer antes de mais nada a Deus, não aos homens. As observações de Agostinho sobre a escravidão são extensíveis à esfera das relações familiares e políticas. Está claramente implícita em Agostinho a idéia de que os cristãos devem obedecer mesmo aos maus governantes: se eles se submetem a um tirano, isso decorre da impiedade dos súditos. (Andrade, ibid, p.42)

Outro momento histórico concernente à questão da cidadania refere-se ao período renascentista (séc.XIV-XVI) ou Idade das Luzes, de acordo com STOLF (2009, p.141):

Toda a Idade Média, considerada iniciada após a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) é marcada por formas de sociabilidade predominantemente rurais, sob o domínio do poder da Igreja, em uma estreita relação de mútua dependência entre o Vassalo e o Senhor feudal: enquanto o primeiro provê a obediência e cultura da terra ao sustento do segundo, este por sua vez provê fidelidade e proteção ao primeiro.

O período mais marcante da Idade Média é a denominada Baixa Idade Média que compreende o período do século XIII até o século XV, onde se tem uma enorme produção agrícola, a ascensão do comércio, o aumento populacional, a ruptura com o sistema feudal e o nascimento da vida urbana.

Na sociedade feudal, o *status* era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade. Não havia nenhum código uniforme de direitos e deveres com os quais todos os homens [...] eram investidos em virtude da sua participação na sociedade. Não havia, nesse sentido, nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos para contrastar com o princípio da desigualdade de classes. Nas cidades medievais [...] exemplos de uma cidadania genuína e igual podem ser encontrados. Mas seus direitos e deveres específicos eram estritamente locais. (Marshall apud STOLF, 2009)

Durante a época renascentista ocorreram várias ressignificações do conceito de cidadania, principalmente as surgidas no período antigo, com a negação do teocentrismo (Deus como centro do universo) e com a prevaência na concepção de homem e das suas relações com a natureza, baseados na lógica e no saber científico, principalmente na Itália, mas especificamente em Florença.

No século XV os seguintes pensamentos acerca da política permeiam os contextos sociais como ressalta POCOK (apud Andrade, 2005):

A república não é eterna, pois não pertence à ordem da natureza. Uma concepção que vê a república e a cidadania como realidades primeiras (e não reflexas) teria necessariamente de separar a política da ordem natural, e teria de se organizar para afirmar sua soberania e autonomia, portanto sua individualidade e particularidade. A *vita activa* prima sobre a *vita contemplativa*, entendendo-se pela primeira expressão uma vida dedicada as questões cívicas e o exercício político da cidadania, e pela segunda uma vida dedicada a busca filosófica do puro conhecimento.

Para Stolf (2009) dois grandes momentos históricos são importantes para afirmação do renascentismo e a mudança do paradigma de cidadania, o primeiro refere-se ao abandono dos dogmas agostinianos que regiam as bases da Igreja o que propicia o resgate da liberdade de atuação do homem na sociedade; o segundo momento faz alusão à criação dos estados absolutistas no século XVI e a defesa da emancipação humana pelo uso da razão, através da ascensão do pensamento burguês.

O surgimento do cidadão e o desenvolvimento da cidadania tem início, portanto, a partir do nascimento do Estado Moderno, sendo a Inglaterra a referência europeia de rápido desenvolvimento do novo modelo estatal, pois era o país em que a burguesia moderna alcançou pela primeira vez seus traços característicos e que serviu de modelo ao continente europeu. Na Inglaterra do século XVII todos os homens eram livres, desvinculados do poder papal e voltados ao desenvolvimento mercantil, todos sob o poder absoluto do monarca, fortalecido pela emergente classe burguesa que possibilitou a expansão marítima inglesa e a colonização da América do Norte. Porém a Inglaterra do século XVII é também palco das primeiras revoluções burguesas da Europa, pelas quais a nova classe se torna o eixo vital daquela sociedade, separando-se da Monarquia Absoluta em momento posterior para então formar o Estado Moderno, claro, sob auspícios de brilhantes doutrinas de direito público, sobre a esfera política, soberania e a relação deste nascente Estado e o seu cidadão. (Marshall apud Stolf, 2009)

Embora os estudos de Marshall sejam todos voltados ao desenvolvimento territorial geográfico e político da Inglaterra, suas pesquisas são reconhecidas tanto no campo das Ciências Políticas, como na Sociologia como o marco para o estudo da concepção de Cidadania na Era Moderna tomando por base a formação dos Estados Modernos Europeus, para ele segundo ressalta Stolf (2009,p.145): as matrizes do conceito moderno de cidadania tem como ponto de partida o reconhecimento pelo estado de direito de que o indivíduo é sujeito de direito.

De acordo com VIEIRA (2005, p. 22) os conceitos de Marshall acerca da Cidadania são compostos por direitos civis e políticos – denominados de direitos de primeira geração, e de direitos sociais – denominados de direitos de segunda geração.

Sobre uma divisão cronológica acerca da conquista destes direitos VIEIRA (ibid, p.22) classifica-os conforme os estudos realizados por Marshall da seguinte forma:

1. os direitos civis foram conquistados no século XVII, e correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança, etc.... são direitos baseados na concepção liberal clássica.
2. os direitos políticos foram alcançados no século XIX, e dizem respeito a liberdade de associação e reunião, organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio eleitoral – são exercidos coletivamente e estão incorporados a tradição liberal.
3. direitos sociais, econômicos e de crédito foram conquistados no século XX, com a luta dos movimentos operários e sindicais. São os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, acesso aos meios de vida e bem-estar social. São direitos que tornaram reais os direitos formais.

Segundo os postulados de Vieira (2005) a contrariedade no conceito de Cidadania reside na concepção de liberdade X igualdade e no Estado mínimo de direitos que esta alicerçada nas demandas do liberalismo onde se percebe estratégias diferenciadas dos diversos direitos que compõem o conceito de cidadania e seus atores sociais, ainda é possível identificar na contemporaneidade uma terceira geração de direitos compostos pelos direitos dos grupos humanos como povo, nação, coletividade, etnias e humanidade.

2.1 A CIDADANIA NA SOCIEDADE CIVIL

CHAUI (apud Vieira, 2005) define que cidadania baseada nos princípios da democracia faz-se constituída pela criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos) necessários à consolidação social e política.

Na sociedade ocidental, o modelo de sociedade civil está alicerçado intrinsecamente nos pressupostos da economia de mercado capitalista, portanto o modelo social que mais atende esses pressupostos é o da sociedade burguesa que diferencia a teoria social da teoria política. Essas preposições estão baseadas na diferenciação entre sociedade civil e Estado.

A sociedade civil, segundo essa concepção, é concebida como a esfera da interação social entre a economia e o Estado, composta principalmente pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna, criada por intermédio de formas de autoconstituição e automobilização, se institucionaliza através de leis e direitos subjetivos que estabilizam a diferenciação social. (Vieira, *ibid*, p.44)

No contexto da sociedade contemporânea a sociedade civil se representa conforme aponta Vieira (2005) o mundo sociológico de normas, praticas, papeis, relações, competências do ponto de vista da construção de associações conscientes, vida associativa e comunicação organizada dentro de um âmbito limitado que refere-se as estruturas de socialização, associação e formas organizadas de comunicação do mundo de forma institucionalizadas.

Conforme destaca COHEN (2003, p.423) a sociedade civil no contexto do Estado Soberano deve ser entendida como:

“...uma esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado, composta de três parâmetros analiticamente distintos: pluralidade, publicidade e privacidade. A moderna sociedade civil “autônoma” nasceu de processos de constituição e mobilização independentes. Institucionalizou-se e se generalizou mediante leis e direitos subjetivos que, por sua vez, estabilizaram a diferenciação social. Por isso, é importante salientar que o aparecimento da sociedade civil aconteceu junto com o desenvolvimento do moderno Estado territorial soberano. Em outras palavras, foi a vinculação do Estado ao direito e o desenvolvimento da soberania e do constitucionalismo jurídico interno que permitiram o surgimento do modelo tripartite”.

Ainda segundo o autor a sociedade civil está organizada de acordo com os fundamentos do constitucionalismo e do governo representativo com o surgimento dos partidos políticos e com a regimentação legislativa (juristas, tribunais), nos quais os elementos tripartites mencionados faziam jus a composição do Estado. COHEN (ibid, p.243) caracteriza estes elementos da seguinte forma:

- Pluralidade dizia respeito à associação voluntária, que incluía as interações face a face e as organizações nacionais baseadas na iniciativa de grupos locais.
- Publicidade referia-se a reuniões públicas de caráter civil, realizadas em espaços “públicos”, como cafés, tabernas, clubes, parques, bibliotecas, hotéis, sedes de prefeituras, destinadas à articulação de interesses comuns e sua interconexão por intermédio do veículo de comunicação de massa da época, a imprensa.
- Privacidade referia-se à autonomia do indivíduo, institucionalizada em direitos que abrangiam o habeas corpus e o devido processo judicial, o direito à privacidade do lar e do matrimônio, a liberdade de consciência e as liberdades de mercado

Neste sentido os direitos da sociedade civil são garantidos através da promulgação da constituição, que assegura em seu texto a diferenciação da sociedade civil em relação ao Estado e a economia, proporcionando aos sujeitos possibilidades de organizações que não estejam atreladas somente a fins políticos, o que desqualificariam e colocariam em risco a liberdade de expressão e associação civil.

Os direitos constitucionalizam a diferenciação entre a sociedade civil (com suas organizações informais, pluralidade interna e públicos civis) e os sistemas administrativos e políticos do Estado, que formulam decisões coletivas e compulsórias e são organizados pelo poder do Estado – ou pelo *power medium*, conforme a expressão de Habermas. (COHEN, ibid, p.424)

Cohen (2009) apresenta em seu artigo *Sociedade Civil e Globalização*: repensando categorias uma análise sucinta sobre o conceito de sociedade civil partindo da visão dos principais estudiosos sobre o assunto entre eles: Gramsci, Touraine, Habermas, e que valem a pena serem aqui percorridas para demonstrar qual contraditória e tensa é a concepção sobre a organização e composição da sociedade.

Nos estudos de Cohen (2009), é perceptível a influência gramsciana onde a sociedade é representada como um campo simbólico e como conjunto de instituições e práticas que são o *locus* da formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. Neste tange, a sociedade é um lugar de contestação social, onde as redes e associações são constituídas por campos de luta e por arenas que forjam alianças, identidades coletivas e valores éticos. As visões antagônicas geradas por estas contrariedades ajudam a manter a hegemonia dos grupos dominantes, ou ainda tem por objetivo afirmar a contra-hegemonia dos atores coletivos subalternos.

A segunda contribuição apresentada por Cohen (2009) diz respeito aos preceitos de Touraine, para o qual a sociedade civil apresenta um aspecto dinâmico, criativo e contestador – a visão das associações informais e dos movimentos sociais como distintos das associações e instituições voluntárias mais formalizadas e das organizações de classe (partidos, sindicatos). O reconhecimento dessa dimensão permite articular e transitar entre duas perspectivas: a sociedade civil como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas; formulação de novos projetos; criação de novos valores e novas identidades coletivas; e a sociedade civil como autonomia cívica institucionalizada. Os estudos de Touraine são fundamentados na conceituação de pluralidade societária e na formação da sociedade enquanto instituição mobilizadora tomando por base os movimentos sociais.

Outro importante contributo sobre a sociedade civil destacado por Cohen (2009) refere-se aos estudos de Habermas, embasados na concepção deliberativa da esfera pública. Os aportes habermasianos categorizam a esfera pública como mediadora entre o privado e o público.

Nos públicos civis, as pessoas discutem assuntos de interesse comum como seres iguais e informam-se sobre fatos, acontecimentos e sobre as opiniões, interesses e perspectivas de outros. O debate em torno de valores, normas, leis e políticas gera uma opinião pública politicamente relevante. Além disso, por intermédio dos meios de comunicação de massa – na primeira metade do século XX, tratava-se da imprensa, rádio e televisão –, a esfera pública estabelece uma mediação entre

inúmeras miniaudiências que se desenvolvem entre e dentro de associações, movimentos, organizações religiosas, clubes, centros de encontro de cidadãos conscientes e de simples convívio social. Sem dúvida, existem públicos políticos e civis diferenciados e institucionalizados, fracos e fortes. (Habermas apud COHEN, *ibid*, p.426)

Cohen (2009) ressalta ainda que na concepção de Habermas a liberdade de acesso e a participação paritária (direito igual de emitir opinião) são o ideal de regulação de todos os arranjos institucionais que reivindicam uma legitimidade democrática; todos os cidadãos sujeitos à lei deveriam ter o direito de participar e de expressar suas opiniões, de tentar exercer influência, e todos os participantes deveriam ser capazes de fazê-lo em igualdade de condições.

Outra contribuição para o entendimento da sociedade civil diz respeito aos próprios estudos de Cohen, juntamente com Arato, para estes autores o conceito de sociedade civil, “é justificado pela concepção tripartite legada pelos principais autores dos séculos XIX e XX, tomando por base a distinção dos habermasianos entre sistema e mundo-da-vida e suas implicações institucionais” (COHEN, *ibid*, p.427).

Parafraseando Cohen (2009) os atores neste contexto estão diretamente ligados ao poder do Estado e a produção econômica, portanto a sociedade política e a sociedade econômica seriam as mediadoras entre a sociedade civil e o Estado, o papel dos sujeitos no Estado é determinada pela participação destes em associações e movimentos democráticos e por meio da mídia pública.

2.2 O ASSOCIATIVISMO NO BRASIL

De acordo com REIS (apud Matos, 2009) o conceito de cidadania deve ser analisado sobre quatro dimensões: perspectiva histórica; aspectos relacionados a contextos de inclusão/exclusão; contradições inerentes à dualidade de seu acionamento na perspectiva do *status*, pertencimento e/ou identidade; relação explícita com a(s) virtude(s) cívica(s) e o direito.

Ainda de acordo com Matos (2009) a separação entre público e privado no contexto das sociedades tem grande influência da cisão política, social e cultural entre Ocidente e Oriente.

Conforme discorre AVRITZER (1997, p.149) sobre o processo de transição das políticas democráticas na América Latina estas mantiveram algumas características dos

sistemas políticos antecedentes, entre elas: a continuidade de práticas clientelistas ou de continuidade dos representantes dos regimes autoritários nas Assembléias legislativas; e em segundo o desequilíbrio no poder dos diversos grupos sociais. Para o autor a relação Estado e sociedade deve ser vislumbrada como um processo de mudança na cultura política e nas formas de ação coletiva, para esta análise AVRITZER (1997) faz uso do conceito de Associativismo.

AVRITZER (ibid, p.152) trata o Associativismo sobre três componentes analisados nas sociedades da América Latina:

1. aumento expressivo no número e no ritmo de constituição de associações civis em diversos países da América Latina, países esses com pouca tradição anterior de associativismo;
2. ruptura com o padrão homogeneizante de ação coletiva;
3. mudança na auto-concepção pelos atores das suas próprias ações sem a incorporação ao Estado e sem a inserção acrítica em um mal definido setor popular.

Sobre a formação do associativismo na América Latina, AVRITZER (1997) caracteriza os seguintes elementos determinantes na sua formação: a insuficiência da separação entre economia e esfera privada, onde a colonização representou o marco da organização da esfera privada, muitas vezes confundidas com a esfera pública;

Nesse sentido, a vida pública na América Latina não era constituída, ainda no começo do século XIX, por um local de reunião de homens livres. As grandes fazendas agrícolas, as células básicas de uma forma privada de socialização "...constituem centros populacionais mais importantes que os povoados. Para aqueles que habitam o seu núcleo central e para os que residem na periferia..." elas representam centros de intercambio, de exercício da religião, da festa, etc...(Guerra apud AVRITZER, 1997)

A segunda consideração direciona-se a característica do associativismo regional existente no momento de sua independência.

No caso do Brasil, o associativismo existente no período pré-independência foi um associativismo de natureza religiosa no qual se destacavam as Santas Casas de Misericórdias e as irmandades religiosas (Landin apud Avritzer, 1997). As Santas Casas se encarregavam de atividades de solidariedade social, tais como a alimentação dos necessitados, o cuidado com os doentes, o abrigo dos viajantes (Boxer apud Avritzer, 1997). No entanto, a estrutura organizacional das Santas Casas era totalmente homogeneizadora. Elas requeriam a comprovação da pureza sanguínea, da situação econômica e dos antecedentes religiosos dos seus associados (Boxer apud AVRITZER, 1997).

AVRITZER (1997) caracteriza que mesmo sendo instituições homogeneizadoras, o associativismo das irmandades religiosas teve impactos benéficos no período colonial, porque algumas destas irmandades eram formadas por escravos, o que possibilitava a homogeneização racial.

Outra intervenção apontada por AVRITZER (1997) sobre a constituição do associativismo na América Latina refere-se as lojas maçônicas.

As lojas maçônicas cumpriram com três tipos de papéis diferentes nas sociedades européias: 1) elas constituíram uma forma de associativismo que rompeu com a identidade medieval entre estamento e organização (Guerra, 1988); 2) elas romperam com o pressuposto religioso do associativismo; 3) elas constituíram uma reação à tentativa do absolutismo de romper com as formas intermediárias de associação entre o indivíduo e o Estado características das sociedades pré-modernas. (AVRITZER, *ibid*, p.156)

No caso do Brasil, AVRITZER (1997) assinala que a maçonaria não teve o mesmo impacto que na Europa, ao contrario fortaleceu os laços com a soberania ao escolher o imperador para presidi-la, sendo um modelo de associativismo societário no Brasil, outro elemento apontado pelo autor refere-se ao liberalismo das sociedades latino-americanas pós-independência que tiveram como problemática o não enfrentamento das diferenças culturais entre latinos e norte-americanos, mesmo que o modelo societário implantado tenha sido o modelo americano.

A sociedade latino-americana, no momento da independência, é débil devido às próprias concepções dos atores acerca das suas formas de ação, concepções essas marcadas pelas formas específicas de organização societária prevalentes naquele momento. A partir de 1850 ocorrem, no conjunto dos países latino-americanos uma série de transformações que serão responsáveis pelos primeiros momentos que nós poderíamos denominar de societários. (AVRITZER, *ibid*, p.157)

Na década de 70, o associativismo toma novas formas com o fortalecimento dos grupos de defesa dos Direitos Humanos, o que contribui como indica AVRITZER (1997) para o surgimento de novos atores sociais e de uma nova forma de ocupação dos espaços públicos, primeiramente por um padrão de ações coletivas desenvolvidos através da solidariedade social que implica no desenvolvimento de organizações com tendências a homogeneização dos interesses representados.

O Associativismo toma novas perspectivas a partir da consolidação dos Movimentos Sociais Urbanos – MSU.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

De acordo com Scherer-Warren e Lüchmann (2004) os movimentos sociais enquanto categoria analítica tem como principal característica a coletividade, alicerçada nos princípios de solidariedade, resolução de conflitos, compatibilidade de ações em pauta.

Os movimentos sociais surgem no século XX como um impulso a idéia de mudança social, mas propriamente ligadas a idéia de “Progresso”, predominante neste período, sobre essa questão BOCK (1980, p.176) aponta que:

a idéia de progresso [...] encerra uma imagem detalhada e abrangente de mudança. Envolve orientações específicas da história como registro de acontecimentos. Indica uma interpretação definida e singular das diferenças sociais e culturais e designa um uso de diferenças na construção de teorias de mudança social e cultural. Postula uma natureza das coisas, afirma um universalismo e cria um sistema de correspondência que nos apresenta um quadro rico e detalhado de como as coisas funcionam nas questões humanas. Identifica, como entidade real, uma categoria do acidental, do fortuito, do anormal ou não-natural. Proporciona um método complexo de hipostatizar ou retificar entidades cujas carreiras podem ser traçadas no tempo. Está impregnada de noções orgânicas primitivas do ser e do vir-a-ser.

O surgimento dos movimentos sociais principalmente urbanos se dá em torno de uma demanda específica. Os movimentos sociais caracterizam-se basicamente por dois fatores: pela natureza da classe social que emergem e pelo seu caráter de luta – transformador (reformista, reacionário, revolucionário) ou conservador.

A categoria é ampla e pode congrega, dependendo dos critérios de análise empregados, organizações voltadas para a promoção de interesses morais, éticos e legais (entidades voltadas para a defesa de direitos humanos ou de prerrogativas análogas ou, em outro extremo, a alteração radical e/ou violenta de ordens e sistemas normativos, políticos ou econômicos vigentes, sob a égide dos mais variados suportes ideológicos). A realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo.

Segundo GOHN (1991) na década de 70 há um crescimento do número de movimentos sociais, principalmente na América Latina, apontados pela autora como movimentos de classe: sindicais, urbanos e rurais, principalmente os advindos das classes populares que passaram a mobilizar-se em torno de causas de infra-estrutura urbana, saúde, educação, transportes, habitação e também por lutas isoladas de algumas

organizações em prol da implantação de redes de esgotos, de redes elétricas, transporte e criação de creches comunitárias. Esses movimentos se aglutinaram em organizações locais.

Segundo GOHN (1991) do período militar de 64 até meados da década de 80, os movimentos sociais estagnaram, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, principalmente pelo agravamento da concentração de renda e as políticas voltadas para expansão do mercado externo. A década de 70, apresenta características ainda mais graves com a crise gerada pela sucção das reservas nacionais para o pagamento da dívida externa e a falta de legitimidade política.

Mas não foram só com as perdas que sobrevivemos nos anos 80. Tivemos também grandes ganhos. No contexto macrossocial, ganhamos com a perda de alguns mitos que sustentavam o modelo vigente, tal como a idéia do progresso num país de potencialidades ilimitadas. Ganhamos com a perda da crença no nacionalismo, amplamente utilizada pelo regime militar na sustentação da ideologia da segurança nacional. É também ganhamos com a descrença no ideal da conciliação enquanto fórmula ou ideal de fazer política. (GOHN, *ibid*, p.11)

A política autoritária não conseguiu ser eficiente para a redução das desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento social, nem mesmo a classe média foi poupada dos desmandos políticos da época, estes fatores segundo GOHN (1991) culminaram na extinção das políticas sociais de habitação, no sucateamento da educação e da saúde. Na década de 80, houve uma intensa politização dos setores sociais, passando por um período de juridicização da sociedade organizada.

A conjuntura política da década de 80 tem como consequência para os movimentos da sociedade civil, o esfacelamento ou a descentralização de denominadores de lutas comuns.

Os movimentos populares se subdividiram. Alguns não resistiram à nova conjuntura e desapareceram, como a luta pela creche em São Paulo. Outros se perderam nos meandros das articulações em torno das novas políticas sociais engendradas pelos governos estaduais e municipais. Alguns se fortaleceram e retiraram da crise o amálgama para delinear novos perfis, a exemplo da luta pela moradia. (GOHN, *ibid*, p.13)

Outro fator que contribuiu para a alteração dos propósitos dos movimentos sociais deu-se por conta da ascensão a cargos públicos de pessoas envolvidas diretamente com

as políticas de movimento, que resultou em uma arbitrariedade entre “ser governo” e “ser movimento”.

Assessores de movimentos populares passaram a gerenciar secretarias e órgãos públicos. A entrada de assessores-chave do movimento em postos importantes da administração municipal gerou, de um lado, uma grande expectativa de se ter às demandas atendidas; mas, por outro lado, gerou também uma certa paralisia no movimento: não dá para ficar pressionando sempre, tem de se dar um tempo para a administração se organizar, é preciso colaborar para que a gestão dê certo, etc. (GOHN, *ibid*, p.16)

A autora ressalta ainda que este cenário de contradições entre movimento e governo resultou em um quadro inverso na esfera dos movimentos pois muitos dos assessores passavam informações sobre as intenções e estratégias dos movimentos, o que estagnava as atividades futuras ou mesmo dava chances ao governo de tomar medidas antecipadas, gerando crises entre a administração e as esferas sociais.

Sobre a questão histórica-estrutural que alicerça os movimentos sociais, Gohn (1991) ressalta a generalidade existente, posto que estes são formados a partir da articulação das carências, necessidades, demandas e contradições sociais.

Os partidos políticos, as conjunturas políticas e outros agentes intermediários desempenham papel importante na eclosão das lutas, mas suas causas são sempre de origem estrutural. Sendo assim, o estudo da infra-estrutura econômica da sociedade e a análise da articulação das classes sociais tornam-se questões prioritárias. (GOHN, *ibid*, p.22)

Gohn (1991) ressalta que o paradigma histórico-estrutural dos movimentos sociais pode ser analisado através dos estudos advindos da contribuição de vários autores, que a autora separa por correntes de acordo com os postulados de cada estudo.

A primeira corrente estruturalista apontada por Gohn (1991) remete-se aos estudos de Manuel Castells, Jordi Borja que enfatizam a prática e as estruturas sociais dos movimentos como ações voltadas para a democratização do Estado. Sobre este íterim a autora observa que nas teorias de Castells e Borja o que prevalece como base para estudos dos movimentos é a reestruturação urbana.

A emergência dos movimentos sociais é vista em função da incapacidade estrutural do Estado de atender as demandas coletivas no urbano, particularmente as relativas aos bens e equipamentos de consumo coletivo. Os movimentos sociais seriam a resposta dos grupos e das organizações à situação de carência e de necessidade não-atendida. O planejamento urbano da cidade atuaria como campo privilegiado de mediação entre os movimentos e o Estado. GOHN (*ibid*, p.23)

Outra corrente abordada por Gohn (1991) refere-se aos conceitos formulados por Jean Lojkin e M. Lung que enfatizam os processos políticos como determinantes da luta de classe. Para eles como ressalta GOHN (ibid, p.24): “O Estado não é visto como um bloco monolítico, mas entrecortado por conflitos de classes de várias naturezas. Os movimentos são vistos como somatórias de forças entre as bases e as organizações que o impulsionam”.

A última corrente estruturalista-histórica percorrida por Gohn (1991), advém dos estudos dos historiadores ingleses Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rude, que direcionaram suas análises em função do resgate das experiências coletivas dos trabalhadores através dos atos de manifestações, protestos e movimentos. Outra característica desta corrente é o resgate do sujeito como agente de transformação e em constante construção.

Na análise de Thompson as carências e as necessidades das classes populares, podem se transformar em agentes de revolta, impulsionados pelos sentimentos de injustiça e exclusão social.

São momentos de ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla. Thompson trabalha com uma importante categoria de Gramsci, que é a de campo de forças. Ela tem a ver com a idéia de relação das forças sociais, políticas e militares, com as possibilidades e limites dos agentes em luta. As condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas, mas, fundamentalmente, políticas e culturais. (GOHN, ibid, p.25)

Ainda sobre Thompson, cabe ressaltar que as suas análises envolvem questões que preconizam as lutas populares enquanto núcleos e pólos de identidade da organização popular.

Gohn (1991) analisa os movimentos sociais através de outro paradigma denominado culturalista baseado nos teóricos conceituais de Max Weber.

Weber (apud GOHN, 1991) analisa os movimentos através dos processos dados pelas suas relações internas, a subjetividade dos fatos e fenômenos sociais são mais importantes que a sua objetividade.

As falas e os modos de expressão dos indivíduos, em suas práticas cotidianas, são elementos fundamentais para a compreensão dos movimentos. Os indivíduos são analisados como atores sociais. A categoria das classes sociais não ocupa lugar privilegiado na abordagem do paradigma culturalista. As classes seriam a

somatória dos atributos culturais e não agentes predeterminados pela posição dos indivíduos no sistema produtivo. (GOHN, *ibid*, p.27)

Entre as correntes de estudos de paradigmas culturalistas cabe ressaltar a Teoria da Ação Social, enfatizada pelos estudos de Alain Touraine e Alberto Melucci, cujos embasamentos conceituais procuram resgatar a historicidade dos movimentos no âmbito do sistema capitalista.

Para Touraine, os movimentos sociais geram mudanças no sistema de dominação. Enquanto interlocutores políticos, buscam a interferência do Estado em hábitos e valores da sociedade. Para ele os movimentos sociais são frutos de uma relação dupla – de identidade e de oposição – e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado pois não são lutas por meras conquistas de poder. (GOHN, *ibid*, p.28)

Outro paradigma citado por Gohn (1991) refere-se ao neo-idealista preconizado pelos filósofos e psicanalistas europeus como Michael Foucault, Gilles Deleuze e F. Guattari, que fundamentaram suas teorias na observação de grupos minoritários como: mulheres, negros, homossexuais e em causas pacifistas. Para estes autores os movimentos sociais devem ser analisados fora da esfera estatal, tomando como vertente a busca da autonomia, liberdade e independência de ação.

O ultimo paradigma abordado por GOHN (1991) refere-se a concepção do paradigma neopositivista, oriundo das escolas americanas, para as quais os movimentos sociais são comportamentos coletivos que expressam o desejo de participação da sociedade em contraposição ao Estado, o que resulta na institucionalização da participação dos sujeitos.

Os movimentos sociais são vistos como ações coletivas defensivas em busca de maior representatividade na política, o estado como um ajustamento de controle e integração, sempre em busca de institucionalizar as iniciativas da sociedade para integrá-la. O indivíduo (visto isoladamente) contrapõe-se a sociedade à medida que esta o oprime, o bloqueia e frustra. Assim que as tensões adquirem um caráter de insuportabilidade, os indivíduos se aglutinam em torno de um objetivo comum e criam novas instituições. A isto dá-se o nome de mudança social. (GOHN, *ibid*, p.30)

As mudanças sociais ocorrem quando os sujeitos modificam suas formas de comportamento institucionais.

3.1 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Ao iniciar-se qualquer discussão acerca da temática que envolve as Associações de Moradores, é necessária situá-las no contexto dos movimentos sociais urbanos.

De acordo com Gohn (1991) os movimentos sociais urbanos ganham destaque na análise científica brasileira a partir da década de 70, contextualizados por dois motivos: o primeiro refere-se a ordem estrutural com a falta de condições de infra-estrutura urbana e o achatamento salarial, que culminou na exploração econômica e na espoliação urbana; o segundo momento refere-se a ordem conjuntural do regime político-militar com a retaliação aos espaços de participação popular como sindicatos e partidos.

Os movimentos sociais urbanos se caracterizam pela não-homogeneidade de interesses, pela problemática que envolve questões relativas ao uso, distribuição e apropriação do espaço urbano, pelos serviços e equipamentos coletivos de consumo, não são restritos apenas às camadas populares, comportam visões diferenciadas sobre os processos de mudanças e dinâmicas internas. Dentro da perspectiva contextual os movimentos sociais urbanos correm no âmbito da dinâmica social e cultural dos Bairros.

A origem dos bairros remonta desde as aglomerações ou edifícios isolados, extramuros das cidades medievais, até os espaços abertos, pomares e jardins das residências de campo da nobreza do século XVIII e XIX nos bucólicos subúrbios dos arredores das cidades. O crescimento das cidades, aos poucos, acabou por envolver a maioria desses núcleos, transformando-os em espaços urbanos. (PERICLÉS, *ibid*, p.31)

Para Péricles (2005) as cidades não funcionam dissociadas de sua história e das marcas personalizadas em si pelo tempo, em geral, pelos fatos urbanos, representados por elementos compostos de algo concreto, original e aspectos imateriais ligados à memória coletiva e individual. Os bairros apresentam uma estreita relação entre o homem e sua cultura.

O bairro é, pois, um lugar, uma parte da cidade, indissociável de sua história e reflexo de sua realidade e de seus signos, onde se desenvolvem ricas relações interpessoais e onde é possível a livre associação humana, o desenvolvimento autônomo, a participação e a representação popular diante de outras estruturas políticas mais abrangentes. Os bairros, com as ruas que os conformam e delimitam, representam centros mais ou menos autônomos – certos bairros têm alguma autonomia em relação à estrutura de serviços e comércio implantados, mas a grande maioria não dispõe de nenhuma autonomia política e (ou) administrativa –, definidores da cidade que os reflete, capazes de exercer a

seleção daquilo que os tornam únicos, mas também centros de controle, decisões e respostas, cujo perfil guarda os traços de sua cultura. (PERICLÉS, *ibid*, p.31)

Sobre a dinâmica dos bairros Péricles (2005, p.21) classifica-os como arranjos associativos:

Os arranjos associativos, além de criarem um campo propício à implementação de experiências educacionais inovadoras e à (re) descoberta de expressões culturais específicas, poderiam (e deveriam) representar também a apropriação e incorporação dos saberes populares a essas práticas. Ao ocupar os espaços, as populações aportam elementos presentes no seu jeito de viver, que revelam uma grande riqueza de usos e escolhas. Esses elementos escapam ao puro controle técnico e (ou) institucional, pois não detêm os instrumentos e meios apropriados para tornar toda essa diversidade visível, realçando e valorizando a expressão cultural única de cada localidade.

Sobre este associativismo Péricles (2005) discorre que as visões técnicas distanciadas da realidade local e dos elementos próprios do bairro, são muitas vezes inadequadas para atender as demandas do espaço, pois algumas ações só são possíveis de serem elaboradas através da convivência, do respeito a organização dos habitantes e de suas expressões culturais.

Estamos nos referindo a algo latente, subjacente na relação cotidiana de qualquer grupamento social, um certo, único e inequívoco “jeito de viver”, formado por um específico conjunto de códigos, regras, símbolos, situações, comportamentos, usos, posicionamentos, crenças e ritos tacitamente estatuídos, não escritos, e que, no entanto, ditam o *modus vivendi* da maioria desses grupamentos, quase que abandonados à própria sorte pelo poder público, e que, dentre outras coisas, sobrevivem pelo exercício de uma convivência solidária com as diferenças o que, de alguma forma, lhes assegura um mínimo de estabilidade e segurança. (PERICLES, *ibid*, p.22)

Numa concepção morfológica sobre a dinâmica do bairro, Péricles (2005) cita que este se configura como a tradução explícita dos pedaços urbanos, definido por eixos e direções que seguem uma lógica de apropriação social do espaço definido especificamente pela sua localização (projeção no terreno dos fatos urbanos) sua comensurabilidade topográfica e sua presença cultural e geográfica circunscrita.

O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem... Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro. (Rossi apud PERICLÉS, 2005).

As dimensões dos bairros são constituídas como apontado pelo autor por elementos morfológicos identificáveis manifestos em um conjunto de ruas, praças, quarteirões, jardins e áreas verdes, monumentos, edifícios e referências históricas: uma capela, um chafariz, uma fonte, uma torre, uma escadaria, uma ruela, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade. (Péricles, 2005)

A questão da formação dos bairros passa pela problemática da discussão da urbanização descontrolada e dos assentamentos irregulares nos grandes centros urbanos e nas cidades periféricas, ocasionadas por problemas como distribuição desigual da riqueza, pouca escolaridade, desemprego, baixa renda, falta de mão-de-obra não especializada.

Na busca pela superação desses fatores, ressalta-se a importância que assume a implementação de políticas públicas que superem também os problemas ligados ao uso e à ocupação do solo urbano, nas quais os moradores sejam parte integrante na elaboração e efetivação de melhorias no espaço em que vivem. Melhorias capazes de lhes proporcionar segurança e estabilidade, em lugar de perpetuar o sentimento de medo e insegurança quanto ao futuro, tão comum entre a população dos bairros periféricos e das áreas ocupadas de forma irregular. (PERICLES, *ibid*, p.23)

Para Periclés (2005) o bairro é considerado um fragmento autônomo na dinâmica da cidade, se constituindo como um espaço de reivindicação coletiva, representatividade local do fato urbano, da apropriação espacial e do fortalecimento da cultura de seus moradores.

O autor supracitado ainda ressalta que através da conjuntura político-administrativa formada pela participação direta e pela representação dos moradores é possível viabilizar acordos entre o poder público que sejam compatíveis com os interesses locais e com o plano de desenvolvimento urbano e administrativo regional.

Neste contexto cabe as Associações de Moradores este papel, como instituições inseridas no princípio da democracia participativa, sendo um instrumento de representatividade local que tem por objetivo articular ações de participação dos cidadãos locais na tomada de decisões políticas e conjunturais.

Castells e Borja (apud SANTOS JR, 2001) ressaltam que as cidades estão adquirindo cada vez mais “um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação.”

A expressão da cidade como ator social estaria diretamente relacionada com a capacidade de realização de uma articulação entre “administrações públicas, agentes econômicos políticos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social.

Retomando Péricles (2005) este aborda que as dificuldades de implementação de instrumentos de inspiração cogestionária como o orçamento participativo e a fiscalização de recursos foram diminuídos com as possibilidades de participação híbrida da população. Sobre este contexto, o autor ressalta que:

Nos espaços de ocupação desordenada e nos bairros que, por alguma razão, foram desestruturados ou degradados, o orçamento participativo e a fiscalidade participativa, entre outros, poderiam ser utilizados como elementos de renovação urbana, de desenvolvimento e coesão sociais, através de iniciativas para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Segundo Periclés (2005) a organização dos moradores em comitês ou bairros possibilita a mobilização e orientação da população no planejamento, implementação e monitoramento das interferências ao seu redor, permitindo também o levantamento das carências socioculturais, da representação cultural do lugar e o distanciamento de ações com caráter clientelistas, tanto públicos, como privados.

4 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

MUNICIPIO DE ARAUCÁRIA

Segundo consta como dados do município cadastrados no site da Prefeitura:

Na época do descobrimento do Brasil, a região onde está localizada o atual município de Araucária, era conhecida como Tindiquera, nome dado pelos seus primeiros habitantes, os tingüis, que em língua tupi quer dizer "lugar dos tingüis ". Os primeiros registros de europeus datam dos séculos XVI e XVII, e os mapas da época, localizavam as grandes aldeias indígenas, aparecendo entre estas a de Tindiquera.

Em 1668, houve distribuição de sesmarias e a partir de então houve efetiva colonização da região. Em 1837, a Capela de Nossa Senhora da Luz de Tindiquera foi elevada a Capela Curada, um ano depois foram estabelecidas as primeiras divisas do bairro. Gradativamente, a população foi transferindo-se para as margens do Rio Iguaçu, e a sede do curato de Tindiquera passa para o local em que estava a capela de Nossa Senhora dos Remédios do Yguassú.

Através da Lei Provincial Nº 021, de 28 de fevereiro de 1858, foi criada a Freguesia do Iguassú. Em 1868, a Freguesia do Iguassú foi desligada de Curitiba e anexada como distrito de São José dos Pinhais até 1888, quando volta a ser administrado por Curitiba.

A região de Tindiquera, mesmo não possuindo ouro, atraiu alguns interessados pela pequena região de campos incrustada e cercada por matas onde predominava a Araucária e a Imbuia. O trabalho consistia em cultivar a terra e criar gado em pequena escala, produzindo apenas o suficiente para o sustento das famílias. O isolamento em que viviam e a ausência do mercado consumidor impossibilitava qualquer tipo de comércio. Surgiu então na região de Tindiquera, um pequeno porto para canoas, conhecido como Porto das Laranjeiras. A partir daí se ergueu o aglomerado de pessoas que formariam a Vila de Araucária.

Tindiquera era também passagem obrigatória entre Curitiba e Lapa. No final do século XIX, a região produzia feijão, milho, fumo, toucinho, erva-mate e trigo. Quanto à erva-mate, inicialmente, atendia apenas o consumo local. Mais tarde o produto passou a ser exportado. Em 1866 a Freguesia do Iguassú contava com 2565 habitantes, dos quais, 125 eram escravos que trabalhavam na agricultura e nos engenhos de soque.

A criação do Município deve-se ao encaminhamento feito por Sezino Pereira de Souza (chefe político da região), redigido pelo médico Victor do Amaral, de uma petição em forma de abaixo-assinado ao então Governador do Estado, o contra-almirante José Marques Guimarães, solicitando que a Freguesia do Iguassú fosse elevada a Vila e logo em seguida, fosse criado o Município.

Assim, pelo Decreto Estadual Nº 40, de 11 de fevereiro de 1890, foi criado o Município de Araucária, que teve seu nome sugerido pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, numa referência à abundante espécie *Araucaria Angustifolia*, o famoso pinheiro-do-paraná. Por esse motivo a cidade é conhecida como "Cidade-símbolo do Paraná".

O primeiro administrador de Araucária, como intendente, foi o Major Sezino Pereira de Souza.

A partir de 1876, começou a corrente imigratória, isto por apoio do Império Brasileiro. Vieram principalmente poloneses, seguidos por alemães, italianos, ucranianos, que notavelmente deram à região um surto de progresso. A primeira eleição municipal realizou-se no dia 22 de setembro de 1892, sendo o primeiro Prefeito eleito de Araucária, Manoel Gonçalves Ferreira. Em 1911, foi criado o Termo Judiciário e em 1919, foi elevada à categoria de Comarca.

Os moradores de Araucária se dedicaram à exploração da erva-mate até a década de 1940, quando houve o declínio das exportações para a Argentina, que se tornou auto-suficiente. Este trabalho era uma atividade exclusivamente masculina.

O distrito de Guajuvira foi criado em 1947, e o Município perde temporariamente sua categoria de Comarca, ficando subordinado a São José dos Pinhais por quatro meses.

A exploração comercial da madeira iniciou-se na Freguesia do Iguassú a partir do século XIX, até a década de 1930, quando entra em crise pela devastação das reservas. O crescimento econômico da região proporcionou a abertura de mercado para outras atividades geradoras de emprego para a população como olarias, cerâmicas, moinhos, fábricas de palhões, de massa de tomate, de caixas de madeira, de linho, de fósforo, de balas, de bolachas e torrefação de café.

Em 1972, com a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas e em 1973 com a criação do CIAR (Centro Industrial de Araucária), ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão no quadro populacional, econômico e social do Município, em que a população urbana passou a superar a rural com a vinda de um contingente populacional de vários pontos do país e a economia que se baseava na agricultura e pecuária passou a ser predominantemente industrial/urbana.

POPULAÇÃO

A população atual é formada por descendentes dos primeiros habitantes da região (luso-brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70.

LOCALIZAÇÃO E ACESSO

Integrado à Região Metropolitana de Curitiba, no primeiro planalto paranaense, ocupa uma área de 460,85 km², situa-se a 857 m do nível do mar. Situada às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476, a Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Está a 27 km do centro de Curitiba.

Com a implantação da REPAR (Refinaria Presidente Getúlio Vargas), da Petrobrás, na década de 1970, a cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial, servindo de sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana. Adapta-se ao processo de industrialização, mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo agro-industrial.

Abriga, na divisa com os municípios de Curitiba e Campo Largo a represa do Rio Passaúna, que abastece de água a região da capital paranaense.

Estimativa da População residente 2003

Em 1º de setembro de 2003, conforme resolução nº 2, de 25 de agosto de 2003, publicada em Diário Oficial da União, em 30/08/2003.

Araucária - 104.284 habitantes

ÁREAS

Área Urbana	84,00 km ² - 18,23%	O município corresponde a 5,35% da RMC.
Área Rural	376,85 km ² - 81,77%	
Área do Município	460,85 km ² - 100,00%	

Fonte: IPARDES/92

LOCALIDADES URBANAS

Barigüi	Passaúna
Boqueirão	Porto das Laranjeiras
Cachoeira	Sabiá
Campina da Barra	São Miguel
Capela Velha	Thomaz Coelho
Centro	Tindiquera

Chapada	Vila Nova
Costeira	ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA:
Estação	Guajuvira (localidade urbana 2)
Fazenda Velha	General Lúcio (localidade urbana 3)
Iguaçu	

(Fonte: SMUR/03)

LOCALIDADES RURAIS

Bela Vista	Colônia Melado	Mato Dentro
Boa Vista	Espigão Melado	Onças
Botiatuva	Faxinal	Palmital
Campestre	Faxinal do Tanque	Ponzal
Campinas das Palmeiras	Fazendinha	Rio Abaixo
Campina das Pedras	Formigueiro	Rio Abaixo
Campina dos Martins	Fundo de Campo	Rio Verde Abaixo
Campo Redondo	Guajuvira de Cima	Rio Verde Acima
Campo Tomás	Ipiranga	Roça Nova
Camundá	Lagoa Grande	Roça Velha
Capinzal	Lagoa Suja	São Sebastião
Capoeira Grande	Lavra	Taquarova
Colônia Cristina	Mato Branco	Tietê

(Fonte: SMUR/03)

DISTRIBUIÇÃO DE ÁREAS NO MUNICÍPIO

Áreas agrícolas	7%
Áreas verdes	43%
Represas	11%
Espaços urbanos/industriais	39%

(Fonte: SMUR/03)

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

O Município de Araucária conta atualmente com 58 associações de moradores, sendo que destas 42 são presididas por homens e 16 por mulheres.

As sedes funcionam em terreno próprio ou em sistema de partilha com os barracões comunitários das Igrejas Católicas.

Os telefones de contato das associações são todos de caráter pessoal de seus presidentes, do tipo telefonia móvel.

As associações funcionam em caráter esporádico, sendo que a atividade permanente destas é a distribuição do leite para os moradores, como parte do Programa Leite das Crianças².

Quanto a uma efetiva participação das associações de moradores, no setor administrativo da cidade, esta se restringe a 01 representante das associações de moradores, na elaboração do Plano Diretor, conforme consta no art.5º do referido documento.

Art.5º - O Conselho do Plano Diretor será composto por 18 (dezoito) membros titulares e 18 (dezoito) respectivos suplentes, contendo, necessariamente:

II - 09 (nove) representantes da sociedade civil, assim distribuído: 01 (um) representante das associações de bairro;

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Foram aplicados 03 questionários³ aos presidentes das associações com questões relativas a localização, denominação, dados do(a) responsável pela associação, convênios, data do último pleito, número de chapas concorrentes, tipo de mídia de divulgação das eleições, apoios políticos, total de membros que compõem a associação, propostas de ação e ações já efetivadas, reuniões e participação comunitária.

Critério de escolha das associações: maior número de habitantes na região.

Associação de Moradores Barigui – Bairro Barigui

Responsável pela Associação: Sr. Marcos

1º mandato

Idade: 48 anos

Profissão: Técnico de Informática Autônomo

Vínculos da Associação com órgãos públicos: Prefeitura Municipal de Araucária, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretarias Municipais.

² O leite das crianças do Paraná é destinado à diminuição da desnutrição, sendo prioritário o atendimento de crianças de 6 a 36 meses de idade, pertencentes a famílias com renda média per capita mensal inferior a meio salário mínimo, através da distribuição de leite fluído pasteurizado, com teor mínimo de gordura de 3% e enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D. Disponível em: www.pr.gov.br

³ O modelo do questionário segue em anexo.

A Associação não recebe ajuda financeira de empresas, ong's ou partidos políticos.

Data da última eleição: julho/2007

Total de votantes: 35 pessoas

Chapa única

Total de habitantes no bairro: aproximadamente 1300 famílias, sendo que são aproximadamente 900 votantes.

Mídia de divulgação do pleito eleitoral: pessoal

Membros que compõem a associação: 11

Propostas de melhoria no Bairro: cobrar a efetivação das políticas de caráter público direcionadas ao bairro, maior segurança, calçamento e pavimentação das ruas, projeto para a diminuição dos índices de violência no bairro.

A principal reivindicação da Associação de Moradores é a participação de um representante no Plano Diretor da Cidade.

As reuniões são realizadas com os moradores quando há necessidades de aprovação de projetos, em caráter semestral.

A associação possui regimento próprio registrado em cartório

As mídias de divulgação da reunião são: cartazes, pessoalmente nas residências aos sábados.

Um dos objetivos da Associação é a aquisição de uma sede própria, as reuniões são realizadas no Salão da Igreja local.

No momento uma das principais reivindicações da associação é a construção de uma quadra poli-esportiva no bairro e um local que ofereça cursos de informática para os adolescentes do bairro.

O bairro Barigui situa-se na divisa entre Araucária e Capital, é um bairro com algumas especificidades, pois está no entorno da Represa do Passaúna.

Até a década de 80, era um bairro tipicamente polonês, sendo que ali foi criada a primeira colônia de polonês no Paraná, chamada Colônia Thomas Coelho, no ano de 1876, após a construção da Represa do Rio Passaúna em 1985 e sua conclusão em 1989, muitas famílias foram remanejadas do local.

Atualmente o bairro apresenta duas características interessantes: a primeira diz respeito às poucas famílias de poloneses que ainda residem no local; a segunda refere-se a

industrialização do bairro, pois a Avenida das Araucárias que corta o bairro é o segundo principal corredor viário da cidade.

Os principais atrativos do bairro são: Portal Polonês (monumento em homenagem a migração polonesa do município) e o Memorial da Migração Polonesa, criado pelo historiador paranaense Romão Wachowicz, nascido no bairro.

Portal Polonês



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

Vista aérea da barragem do Passaúna – bairro Barigui



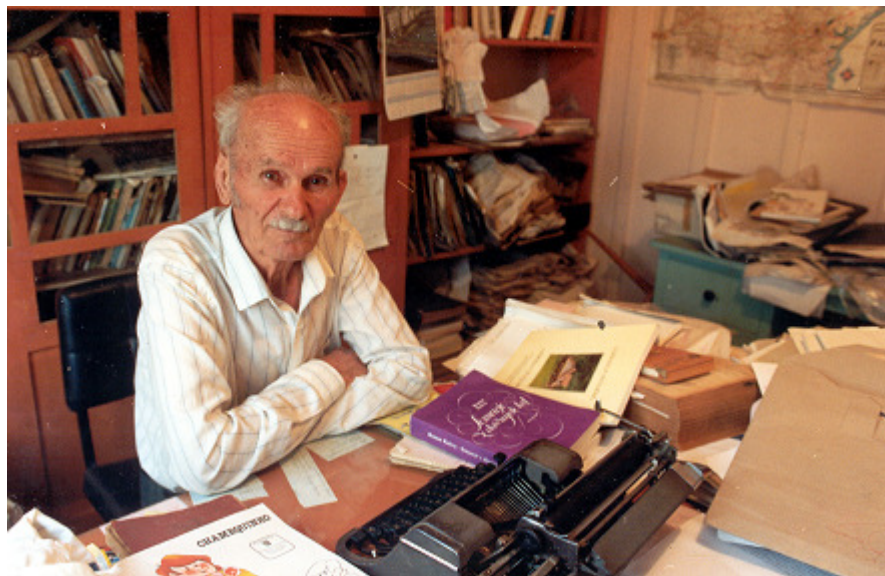
Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

Memorial da Colonização Polonesa



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

Escritor e Historiador Romão Wachowicz



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

Associação de Moradores Alvorada – Jardim Alvorada

Responsável pela Associação: Sr. Valdeni

2º mandato

Idade: 38 anos

Profissão: Comerciante autônomo

A associação não mantém vínculo com órgãos da administração pública.

A Associação não recebe ajuda financeira de empresas, ong's ou partidos políticos.

Data da última eleição: nov/2007

Total de votantes: aproximadamente 400 pessoas

Total de chapas concorrentes: 3

Total de votos recebidos: 262 votos

Total de habitantes no bairro: não foi possível fazer o levantamento do número real de habitantes, mas segundo informações da Associação são aproximadamente 800 famílias.

Mídia de divulgação do pleito eleitoral: pessoal

Membros que compõem a associação: 12

Periodicidade das reuniões: bimestrais

Mídias de divulgação: carro com som, cartazes no comercio, divulgação nas igrejas e templos locais.

Propostas de melhoria no Bairro: cobrar a efetivação das políticas de caráter público direcionadas ao bairro, maior número de horário de ônibus; construção da passarela que divide o bairro em dois, sendo que de um lado fica o Bairro Thomas Coelho e parte do Bairro Barigui e do outro lado fica o Bairro Jardim Alvorada, passarelas e sinalizações na Rodovia do Xisto que corta o Bairro.

Uma das principais reivindicações dos moradores refere-se ao controle do índice de poluição emitido pela Cocelpa - Companhia de Celulose do Paraná, que se situa na região, além do controle da poluição oriundo de outras indústrias da região.

O bairro Jardim Alvorada surgiu a partir da década de 70, com a inauguração da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar.

A área onde se situa o bairro possui características industriais, pois além da Repar e da Cocelpa, há uma enorme concentração de empresas na região de distribuidoras de gás e óleo.

O bairro é cortado pela Rodovia do Xisto, principal acesso da cidade e possui características limítrofes com a região industrial de Curitiba - CIC.

Vista área da Repar e do bairro



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

Vista área da Repar e do bairro



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

Associação de Moradores Califórnia – Jardim Califórnia

Responsável pela Associação: Sr. Severino

2º mandato

Idade: 70 anos

Profissão: Aposentado

A associação mantém vínculo com a Prefeitura do município e com os Conselhos Municipais de Direito da Criança e Do Adolescente e com o Conselho Municipal de Assistência Social.

A Associação não recebe ajuda financeira de empresas, ong's ou partidos políticos.

Data da última eleição: nov/2008

Total de votantes: 603 pessoas

Total de chapas concorrentes: 2

Total de votos recebidos: 355 votos

Total de habitantes no bairro: não foi possível fazer o levantamento do número real de habitantes, mas segundo informações da Associação são aproximadamente 5000 famílias.

Mídia de divulgação do pleito eleitoral: pessoal

Membros que compõem a associação: 12

Periodicidade das reuniões: mensal

Mídias de divulgação: convites

Propostas de melhoria no Bairro: cobrar a efetivação das políticas de caráter público direcionadas ao bairro, melhoria nas ruas, antipó, escolinha de futebol para as crianças.

A participação da população nas reuniões é considerada fraca pelo Presidente da Associação.

A segurança é uma das prioridades da população do Jardim Califórnia, por agregar vários loteamentos, o bairro é muito grande. Também no bairro existe uma ocupação irregular com cerca de 3000 famílias.

Além da segurança outras reivindicações vinculadas a associação de bairros é a oferta de cursos profissionalizantes, artesanato e informática.

A associação possui regimento e sede própria.

O bairro Jardim Califórnia situa-se longe da zona urbana, sendo parte do antigo bairro Capela Velha. É um bairro com condições de infra-estruturas péssimas, não possuindo postos de saúde, farmácias ou supermercados. A maioria das ruas não possui antipó.

O maior problema enfrentado pela população são as constantes enchentes ocasionadas pelas chuvas, uma vez que grandes partes do bairro ainda não têm rede de esgoto integrada.

Em 2009, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) em parceria com o Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar), realizaram uma feira de serviços no bairro e cadastraram os moradores que ainda não tinham acesso a luz elétrica.

No bairro existe um centro de educação integral, que já foi referencial no treinamento de atletas da cidade, no local funcionam atualmente uma escola e uma creche, e esporadicamente são ofertados cursos no local.

De acordo com as questões respondidas pelo Presidente da Associação este considera que a Associação realiza um ótimo trabalho em relação a inserção nas políticas públicas locais.

Vista Aérea do bairro



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária / Museu Tingui-Cuera

JARDIM ARVOREDO



Fonte: fotojornalismocuritiba.blogspot.com/2009/09/quinta-feira, 3 de setembro de 2009



Fonte: fotojornalismocuritiba.blogspot.com/2009/09/quinta-feira, 3 de setembro de 2009

4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com relação aos dados coletados nas entrevistas, é nítida que as relações das associações com as políticas públicas locais referem-se especificamente a condição estrutural do bairro e oferta de cursos.

Nas averiguações realizadas percebe-se a falta de estrutura organizacional das associações, apenas uma entidade possui o cadastro de moradores, a maioria dos presidentes desconhece o perfil dos moradores do bairro.

Em relação aos convênios das Associações com os órgãos públicos estes apresentam uma característica meramente participativa no sentido de estar vinculadas aos mesmos sem que isto tenha muito peso representativo nos bairros, posto que dos 58 presidentes de associações apenas 01 participa da comissão do Plano Diretor.

As ações desenvolvidas pelas associações também apresentam-se como assistencialistas como: distribuição de cestas básicas, brinquedos no Natal e ovos de páscoa.

Em um levantamento realizado na mídia local referente ao ano de 2009 isto é comprovadamente percebível nas notícias publicadas (anexo 2).

Neste contexto, à priori pode-se considerar que não há políticas de representatividade local embasada em ações voltadas para a inserção da população nas discussões das políticas locais, embora as sessões da Plenária da Câmara Municipal sejam abertas ao público, a participação é mínima. Também não existem cursos ou palestras direcionadas aos presidentes no sentido de discussão das prioridades dos bairros, o que recai na ausência dos órgãos públicos na discussão dos problemas e das necessidades locais, envolvendo diretamente a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a conjuntura estrutural e política dos movimentos sociais, das ONGs, de governos democráticos e de parcelas da intelectualidade, preconizam a participação da sociedade civil em práticas decisórias nos espaços públicos, o que induz uma necessária reformulação das discussões acerca desses movimentos.

A participação cidadã deve ser elemento substantivo para a ampliação da base democrática de controle social sobre as ações do Estado.

Estas práticas participativas devem ser elaboradas a partir da efetiva participação das organizações da sociedade civil no espaço público, o que deve ampliar a constituição da esfera pública no sentido de inserção de novos atores sociais.

A conceituação de Política envolve várias vertentes e pode ser direcionada de acordo com o enfoque dado a cada discussão envolvendo os atores sociais e os seus contextos.

Essa discussão remete-se a própria funcionalidade do Estado no que concerne a deliberar políticas comunitárias, voltadas ao desenvolvimento de ações prioritárias coletivas, neste íterim o órgão representativo do Governo em suas esferas estatal e municipal, tem por objetivo deliberar acerca das necessidades locais de cada comunidade.

Comunidade e Cidadão contrapõem-se e ao mesmo tempo complementam-se, posto que o conceito de Comunidade remete-se a esfera de convivência coletiva e a Cidadania relaciona-se com os direitos e deveres de cada sujeito.

A priori, a conclusão do referido trabalho remete-se a uma observação bastante cuidadosa da atuação das Associações de Moradores no contexto local e a sua relação com modalidades de apadrinhamentos partidários, embora estas questões denotem invisibilidade por parte da maioria dos sujeitos inseridos nas comunidades, onde estas associações atuam.

No âmbito do desenvolvimento das políticas locais ainda é muito manifesta a presença da sociedade civil como intermediária, postulando-se que as ações das associações locais organizadas, em muitos contextos agregam para si responsabilidades de caráter estrutural do espaço e assistencialista.

Muitas ações desenvolvidas no espaço das associações, embora não caiba afirmar que isto ocorra com as entidades pesquisadas ou com os sujeitos de

responsabilidade das mesmas ocorrem por conta de interesses de prestígio político local, principalmente ao que refere-se a questão de obras de caráter público voltadas ao interesse coletivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.C. O indivíduo e o cidadão na história das idéias. São Paulo, **Revista Lua Nova**, nº 57, 2002.

ARAUCÁRIA. **Plano Diretor de Araucária**. Fase 1: organização da infra-estrutura. Prefeitura Municipal de Araucária, janeiro/2006.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. São Paulo, **Revista Lua Nova**, nº 39, 1997.

BOCK, K. (1980). Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. In: T. Bottomore e R. Nisbet (orgs.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 176-89.

COHEN, J.L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Rio de Janeiro, **Revista Dados**, vol.46, nº3, 2003.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

JENKIS, P. **A próxima cristandade: a chegada do cristianismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARAFIOTI, D. La Storia tra il Tempo e l'Eternità. Il Contesto del "Civitate Dei" di Sant'Agostino. In: CASALEGNO, A. **Tempo ed Eternità in Dialogo con Ugo Vani sj**. Milano: San Paolo, 2002, p. 217-234.

MATOS, M. **Cidadania porque, quando, para quê e para quem?** Desafios contemporâneos ao estado e à democracia inclusivas, 2009.

PERICLÉS, V. Por um estatuto do bairro: instrumentos urbanísticos, participação e cultura local. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1437/935, acesso em abril/2009.

POIARES, C.A. Liberdade, igualdade e fraternidade: ontem e hoje. Lisboa: **Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais**, nº 1, 2005.

SANTOS JR., O. A. (2001). **Democracia e Governo Local: dilemas da reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

SCHERER-WARREN, I. e LÜCHMANN, L.H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. Revista Política e Sociedade, nº 05, out/2004. Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br/lpublic>, acesso em 20 de março/2010.

STOLF, E.D. Cidadania, estado e direitos: uma referência para o redimensionamento do conceito e da práxis da cidadania. Revista Ius Gentium. Teoria e Comércio no Direito Internacional, 2(1): 140-155 [2009]. Disponível em: www.iusgentium.ufsc.br, acesso em abril/2009.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS

Prezado (a) Entrevistado(a), esta pesquisa refere-se ao levantamento do processo de escolhas dos líderes comunitários, tendo como objetivo o levantamento de dados para o desenvolvimento da pesquisa sobre “Representatividade e Democracia”, da Universidade Federal de Minas Gerais, elaborado pela aluna Maria Aparecida Karas.

Portanto conto com sua valiosa participação para a conclusão do meu projeto de pesquisa e agradeço antecipadamente sua colaboração.

Atenciosamente. Cida.

Questão 1

Nome da Associação:

Endereço:

Bairro:

Questão 2

Nome do(a) Presidente da Associação:

Idade: anos.

Profissão:

Tempo na Direção da Associação:

Questão 3

A associação mantém algum vínculo com os órgãos públicos? () Sim () Não

Quais?

A associação recebe ajuda financeira de empresas, Ong's ou partidos políticos?

() Sim () Não

Quais?

Questão 4

Quando foi a data da última eleição de representantes da Associação? ____/____/____

Qual o total de votantes?

Quantas chapas concorreram

Qual o número de votos recebidos pela chapa eleita

Que tipo de propaganda foi utilizada para a divulgação da eleição no Bairro?

Receberam apoio político de algum partido? () Sim () Não

Quantos membros compõem a Associação?

Quais são os cargos

Quais as propostas da Associação para a melhoria do Bairro?

Quais as realizações promovidas pela Associação no Bairro?

São realizadas reuniões com os moradores do Bairro? () Sim () Não

Com qual periodicidade? () semestral () mensal () quinzenal () semanal

Como são realizadas as chamadas das reuniões no Bairro?

Há participação dos moradores nas Reuniões? () Sim () Não

Quais são as prioridades da Associação para o bairro?

A Associação possui Regimento? () Sim () Não

Está registrado em Cartório? () Sim () Não

Os moradores têm conhecimento do Regimento Interno da Associação?

A Associação possui sede própria? () Sim () Não

Questão 5

A Associação participa da efetivação das políticas locais? () Sim () Não

Esta vinculada a algum Conselho? () Sim () Não Quais?

A Prefeitura participa de reuniões realizadas pela Associação? () Sim () Não

Como você considera a participação dos órgãos públicos na promoção de melhorias no bairro?

() ótima () boa () regular () péssima () não participa

Qual a sua opinião sobre a participação das Associações na promoção das políticas públicas locais?

Obrigado pela sua participação!!!

ANEXO 2

PMA PODERÁ ATENDER DE MORADORES DO ESTAÇÃO

Publicada em 22 de julho de 2009

Uma reivindicação antiga dos moradores do bairro Estação está preste a ser atendida pela Prefeitura de Araucária. Eles pedem a liberação junto ao Meio Ambiente para a implantação de manilhas no antigo córrego (valetão) situado no bairro.

O primeiro passo já foi dado e no dia 22 de junho a associação de moradores recebeu a visita dos secretários municipais Mario Celso Torres (Urbanismo), Luiz Henrique Ozório Vicente (Cohabitar) e Eduardo Kuduavski (Meio Ambiente).

Eles foram conferir de perto o problema e orientaram a comunidade a fazer um abaixo-assinado para que as reivindicações sejam reforçadas.

O presidente da entidade, Mario Luis Morinel, e o vice, Laércio José de Oliveira, fazem um apelo aos moradores que ao receberem o documento participem e assinem. "O manilhamento deste valetão é uma solicitação bastante antiga da comunidade e desta vez o problema está próximo de ser resolvido", afirmam.

Fonte: <http://www.opopularpr.com.br>

IMPASSE DO JD. MAGNÓPOLIS AINDA ESTÁ LONGE DO FIM

Publicada em 26 de janeiro de 2010

As 56 famílias do Jardim Magnópolis/Serra Dourada, que vivem numa área considerada de risco pela Copel porque suas casas estão debaixo da rede de alta tensão ainda terão que aguardar mais um tempo para deixarem o local.

Em uma reunião realizada na quinta-feira, dia 21, na sede da Copel em Curitiba, entre os representantes da companhia de energia elétrica, da Cohab de Araucária e da associação de moradores do Jardim Serra Dourada, ficou definido que o município é que será responsável pela realocação destas famílias.

Segundo a Cohab, apesar da Copel ser a proprietária da área em questão, não deverá colaborar com a realocação. No entanto, a companhia também não poderá determinar um prazo para a reintegração de posse da área e isso fez com que a Prefeitura tivesse um prazo maior para pesquisar um local onde as famílias possam ficar.

A Cohab informou ainda que nos próximos dias a Prefeitura deverá se reunir para discutir melhor esta questão.

Fonte: <http://www.opopularpr.com.br>

SÃO SEBASTIÃO PROMOVE FESTA PARA A CRIANÇA

Publicada em 19 de outubro de 2009

Diversão e alegria não faltaram na festa em homenagem ao Dia das Crianças realizada na segunda-feira, dia 12, pela Amosseb - Associação de Moradores do São Sebastião. O evento contou com a parceria da Igreja Católica através da Pastoral da Criança e com o patrocínio da Petrobrás.

Mais de 400 pessoas, entre crianças e adultos, participaram da festa, que aconteceu no barracão da Capela, no horário das 14 às 18 horas.

Além de brinquedos e doces, a criançada saboreou um delicioso lanche com cachorro-quente e refrigerantes e também pode usufruir do serviço social patrocinado pelos organizadores através do corte de cabelos. "Foi um dia maravilhoso que nós pudemos proporcionar aos pequeninos e seus familiares", disse Haroldo da Silva, presidente da Amosseb.

Fonte: <http://www.opopularpr.com.br>

ASSOCIAÇÃO FAZ EVENTOS E AJUDA AS COMUNIDADES

Publicada em 25 de fevereiro de 2010

A associação de moradores dos jardins Evelize e Bom Jesus vem promovendo muitos eventos com intuito de ajudar pessoas da comunidade. Segundo o presidente da entidade, Celso Nicácio, este serviço social tem sido feito há 10 anos e muitas pessoas já foram ajudadas.

"Todos os dias recebo agradecimentos de pessoas que já ajudamos com cestas básicas, materiais de construção, cadeiras de rodas e outros materiais. Isso nos anima a continuar, apesar das críticas de algumas pessoas com relação a meu trabalho. Críticas daqueles que alegam que estou fazendo estes eventos para me promover, mas o reconhecimento das pessoas que ajudei vale mais que tudo isso", disse Nicácio.

Adélia da Cunha de Brito, moradora do Jardim Turim, é uma das pessoas que Nicácio já ajudou com cestas básicas e materiais de construção e também no sepultamento de seu neto. "Já vi ele tirar dinheiro do próprio bolso para ajudar as pessoas. Aqui no bairro ele ajudou muita gente", disse.

Cleide Maria Leite, moradora do bairro Costeira, também disse ter sido ajudada através dos eventos da associação. "Minha casa queimou e eles doaram parte dos materiais para reconstruí-la, e sou muito grata por isso", comentou.

Mais um evento

No domingo, dia 21, a associação realizou mais um festival de prêmios no barracão da Igreja Nossa Senhora Aparecida, na Campina da Barra, com premiação de mais de R\$ 4 mil em dinheiro.

"No dia 16 também tivemos um bingo e parte da renda foi revertida para a família de Santino Carvalho, morador do bairro Costeira. Todas as pessoas que ajudamos se prontificaram a falar e mostrar que nossos eventos são em benefício daqueles que necessitam e não em benefício próprio", finalizou Nicácio.

Fonte: <http://www.opopularpr.com.br>